



Interpelação Escrita

Nos termos do disposto na alínea b) do n.º 4 do artigo 2.º da Lei n.º 16/2001 (Regime jurídico da exploração de jogos de fortuna ou azar em casino), a definição de jogos interactivos é a seguinte: “Um jogador entra ou participa no jogo através de meios de telecomunicação, nomeadamente através de telefones, telefaxes, acesso via «internet», redes de dados, transmissão de sinais de vídeo ou de dados digitais, e para tal faz, ou concorda em fazer, pagamentos em dinheiro ou em qualquer outro valor”. Mais, ao abrigo do n.º 1 do artigo 4.º da mesma lei, “as concessionárias da exploração de jogos de fortuna ou azar em casino não podem explorar nenhum jogo interactivo”. De acordo com a lei vigente, os jogos interactivos são vedados em Macau.

Durante os vinte anos que se seguiram ao retorno de Macau à Pátria, o desenvolvimento florescente do jogo, explorado em recintos físicos, trouxe a Macau cerca de 40 milhões de visitantes, o número mais elevado registado num ano. Contudo, nos últimos anos, o desenvolvimento da globalização foi afectado pelo nacionalismo, que defende a prevalência absoluta do povo do próprio país, e mais, neste ano, a Covid-19 espalhou-se por todo o mundo. Assim, Macau, que é uma região que atrai turistas para desenvolver a sua economia, foi um dos primeiros afectados por tudo isto. Mesmo ultrapassada a situação de epidemia, é difícil que Macau venha a recuperar o número de turistas, até atingir o mais elevado alguma vez registado. Mais, com a recente política do Interior da China, que restringe significativamente a saída de fundos,



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

as principais clientela e receitas de que o sector do jogo de Macau dependia vão sofrer enormes impactos. Estes impactos múltiplos vêm mesmo alertar o Governo da RAEM para a necessidade de se discutir, aprofundadamente, sobre o desenvolvimento sustentável da vida económica de Macau.

Tomando como referência as políticas dos países europeus em matéria de jogos interactivos, verifica-se que o Reino Unido é o país da Europa onde os jogos interactivos online são mais acolhidos, e, em 2004, foi aprovado o “*Gambling Act 2005*”, transformando Londres numa cidade importante para os jogos interactivos online. Com o desenvolvimento acelerado das tecnologias de terminais móveis desde 2010, as pessoas dependem cada vez mais dos produtos móveis, e os jogos interactivos também beneficiaram do desenvolvimento acelerado da interligação das informações na internet, pois as pessoas gostam ainda mais do jogo online.

Em 2019, a Comissão do Jogo do Reino Unido (*Gambling Comission*) divulgou que os pedidos de licença para os jogos interactivos online podiam ser apresentados via internet, e o tempo despendido na autorização reduziu de 53 para 12 dias. Mais, segundo o “Relatório do Jogo CDC”, divulgado no mesmo ano, o desenvolvimento dos jogos presenciais não foi satisfatório, sobretudo no que diz respeito aos jovens com idade inferior a 45 anos, 70% dos inquiridos afirmaram preferir jogos interactivos online, e estes foram-se tornando, passo a passo, numa fonte principal das receitas provenientes do imposto de jogo do Reino Unido. Mais, em Outubro de 2019, o Reino Unido até aumentou



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

drasticamente a taxa do imposto de jogo online de 15% para 21%. Tudo isto demonstra as enormes potencialidades dos jogos interactivos online.

Assim sendo, interpelo o Governo, solicitando que me sejam dadas respostas, de uma forma clara, precisa, coerente, completa e em tempo útil, sobre o seguinte:

1. Ao abrigo da Lei n.º 16/2001, os jogos interactivos online são vedados em Macau. Com o desenvolvimento acelerado dos produtos com terminais móveis e da internet, as exigências para os negócios online reduziram, no entanto, devido à desactualização da legislação, é difícil, licitamente, atrair mais pessoas a aderir aos jogos interactivos (por exemplo, jogos interactivos online). Assim, o Governo deve desenvolver um programa uniformizado de jogos interactivos ou definir padrões oficiais e condições para desenvolvê-lo, por forma a aumentar as receitas fiscais provenientes dos jogos interactivos. O Governo planeia fazê-lo?

2. Considerando que a globalização está a ser afectada pelas políticas de nacionalismo, que defendem o povo do seu próprio país, e tendo em conta os impactos resultantes da Covid-19 no movimento das pessoas e as políticas do Interior da China que visam restringir a saída de fundos, dificilmente as receitas do jogo físico e presencial conseguirão voltar ao nível em que se encontravam no passado. O Governo da RAEM já efectuou uma avaliação de risco em relação a esta modalidade tradicional de jogo,



Tradução

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

isto é, o jogo físico e presencial? Chegou a introduzir os jogos interactivos para um melhor desenvolvimento do sector do jogo, que é a principal indústria económica de Macau?

3. Perante a omissão normativa dos jogos interactivos, sobretudo dos jogos interactivos online, o Governo da RAEM deve tomar como referência a experiência do Reino Unido no desenvolvimento dos jogos interactivos online e empenhar-se em desenvolver os jogos interactivos, sobretudo jogos interactivos online, por forma a aumentar o grau da respectiva fiscalização, evitando os já existentes jogos interactivos ilegais em Macau, ilegalidade essa que, para além de prejudicar a reputação de Macau, até impõe elevados custos, resultantes da aplicação da lei, ao Governo da RAEM, que nada beneficia no meio de tudo isto. O Governo vai fazê-lo?

18 de Setembro de 2020

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

José Pereira Coutinho